

Memorando 44.543/2024

De: SIDNEI R. - BCPREVI - CI

Para: BCPREVI - CI - Comitê de Investimentos - A/C Karine G.

Data: 26/08/2024 às 11:29:59

Setores envolvidos:

BCPREVI - DC, BCPREVI - CI

Credenciamento - FI Trend Pós-Fixado FIC RF Simples

Boa tarde,

Segue credenciamento do fundo de investimentos - FI Trend Pós-Fixado FIC RF Simples, para assinaturas.

Gabriele Renata Vassolowski - BCPREVI - DC, favor após assinaturas realizar a publicação do Termo de Credenciamento em nosso site, cfe link abaixo.

<https://bcprevi.sc.gov.br/fundos-de-investimentos>

att,

—

Sidnei Riquetta

contador

CRC/SC 029.989/O-1

Anexos:

1_Formulario_de_analise_do_FI_Trend_Pos_Fixado_FIC_RF_Simples.pdf

2_Lamina_TRENDPOSFIXADO FIC FIRFSIMPLES.pdf

3_2023_12_22_Trend_DI_Simples_FIRF_32893503000120_DDQ_ANBIMA.pdf

4_Regulamento_trendpos.pdf

ANEXO 1 - ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTO - SIMPLIFICADO			
(A ser anexado ao termo de credenciamento da instituição e atualizado quando da alocação)			
Nome Fundo	Trend Pós-Fixado FIC Renda Fixa Simples		CNPJ: 26.559.284/0001-44
Administrador	XPI ADM	Nº Termo Cred.	CNPJ: 02.332.886/0001-04
Gestor	XP Allocation Asset Management LTDA.	Nº Termo Cred.	CNPJ: 37.918.829/0001-88
Custodiante	BNY MELLON BANCO S.A		CNPJ: 42.272.526/0001-71
Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922/10			
X	FI 100% títulos do TN		FI Ações referenciados
	FI Renda Fixa/Referenciados		FI de Índices Referenciados em Ações
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Ações
	FI de Renda Fixa		FI Multimercado
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Participações
	FI em Direitos Creditórios		FI Imobiliário
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"		Outros Ativos:
Identificação dos documentos analisados referentes ao Fundo:		Data do doc.	Página na internet em que o documento foi consultado ou disponibilizado pela instituição
1. Questionário Padrão Due Diligence para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA			
2. Regulamento			
3. Lâmina de Informações essenciais			
4. Formulário de informações complementares			
5. Perfil Mensal			
6. Demonstração de Desempenho			
7. Relatórios de Rating			
8. Demonstrações Contábeis			
Resumo das informações do Fundo de Investimento			
Data de Constituição:	29/12/2016	Data de Início das Atividades:	
Política de Investimentos do Fundo	<p>Índice de referência/objetivo de rentabilidade:</p> <p>A política de investimento do FUNDO consiste em investir, no mínimo, 95% do seu patrimônio líquido em cotas de seu patrimônio líquido em TREND PÓS-FIXADO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES, inscrito no CNPJ sob o nº 32.892.326/0001-67, administrado pelo ADMINISTRADOR e gerido pela GESTORA, cuja política de investimento consiste em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, com o objetivo de acompanhar o certificado de depósito interfinanceiro (CDI).</p>		
Público-alvo:	Investidores em geral		
Condições de Investimento (Prazos/ Condições para resgate)	Prazo de Duração do Fundo		Prazo indeterminado de duração
	Prazo de Carência (dias)		-
	Prazo para Conversão de Cotas (dias)		D+0
	Prazo para Pagamento dos Resgates (dias)		D+0
	Prazo Total (dias)		-
Condições de Investimento (Taxas)	Taxa de entrada (%)		-
	Taxa de saída (%)		-
	Taxa de administração (%)		0.15%
	Taxa de Performance		
	Índice de referência	Frequência	Linha-d'água
	-	-	-
Alterações relativas ao			

Assinado por 10 pessoas: SIDNEI LUZ RIQUETTA, GUSTAVO MANOEL ESPINDOLA, MARIA CAROLINA NICHES, FRANCO NILTO ASSIS CORREIA JUNIOR, KALINKA FLORIANO PEREIRA, WANDERLEI CORREA COSTA, FERNANDA ALMEIDA DAVOOD, DENISE RONCHI FRANCEZ e GUILHERME MACIEL MAFRA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/19C0-5F4E-2599-2649> e informe o código 19C0-5F4E-2599-2649.

Admin/Gestor do fundo:						
Consultas a fatos relevantes divulgados:						
Análise da aderência do fundo ao perfil da carteira do RPPS e à Política de Investimentos:						
Principais riscos associados ao Fundo:						
Histórico de Rentabilidade do Fundo						
Ano	Nº de Cotistas (mil)	Patrimônio Líquido (R\$)	Valor da Cota do Fundo (R\$)	Rentabilidade (%)	Variação % do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
2023	94,90	R\$ 9.468 bi				
2022	56,40	R\$ 4.415 bi				
2021	41,80	R\$ 2.951 bi				
2020	53,68	R\$ 5.004 bi				
2019	14,07	R\$ 1.162 bi				
Análise conclusiva e comparativa com outros fundos:	Fundo apto a receber recursos do BCPrevi.					
Análise da Carteira do Fundo de Investimento						
Composição da carteira (atual)	Espécie de ativos					% do PL
	Cotas de fundos					99,99%
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ Fundo(s)		Classificação Resolução CMN		% do PL	
	1. 32.892.326/0001-67		7º I, "b"		99,86%	
	2.					
	3.					
					
Maiores emissores de títulos de crédito privado em estoque do Fundo	Emissor (CPF/CNPJ)		Tipo de Emissor		% do PL	
Carteira do Fundo é aderente à Política de Investimentos estabelecida em seu regulamento e com a classificação na Resolução CMN				SIM		
Prazo médio da carteira de títulos do Fundo (em meses (30) dias)						
Compatibilidade do Fundo com as obrigações presentes e futuras do RPPS				Compatível.		
Nota de Risco de Crédito	Agência de risco				Nota	
Comentários Adicionais						

Assinado por 10 pessoas: SIDNEI LUIZ RIQUELTA, GUSTAVO MANOEL ESPINDOLA, MARIA CAROLINA MICHIELS FRANCO, NILTO ASSIS COPPINI JUNIOR, KALINE FLORIANO PÊTERES, KARINE ALMEIDA GOMES, WANIRLEY CORREA COSTA, FERNANDA ALMEIDA DAWUD, DENISE RONCHI FRANCESZ e GUILHERME MACIEL MATRA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/19C0-5F4E-2599-2649> e informe o código 19C0-5F4E-2599-2649

Declaro que tenho conhecimento dos aspectos que caracterizam este Fundo de Investimento, em relação ao conteúdo de seu Regulamento e de fatos relevantes que possam contribuir para seu desempenho, além de sua compatibilidade ao perfil da carteira e à Política de Investimentos do RPPS.

Data:			
Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura

Assinado por 10 pessoas: SIDNEI LUIZ RIQUETTA, GUSTAVO MANOEL ESPINDOLA, MARIA CAROLINA MICHELS FRANCO, NILTO ASSIS COPPI JUNIOR, KALINKA FLORIANO PÊTERES, KARINE ALMEIDA GOMES, WANRLEY CORRÊA COSTA, FERNANDA ALMEIDA DAWUD, DENISE RONCHI FRANCEZ e GUILHERME MACIEL MAFRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/19C0-5F4E-2599-2649> e informe o código 19C0-5F4E-2599-2649

TREND

PÓS

FIXADO FIC
FIRF SIMPLES

Dezembro de 2023

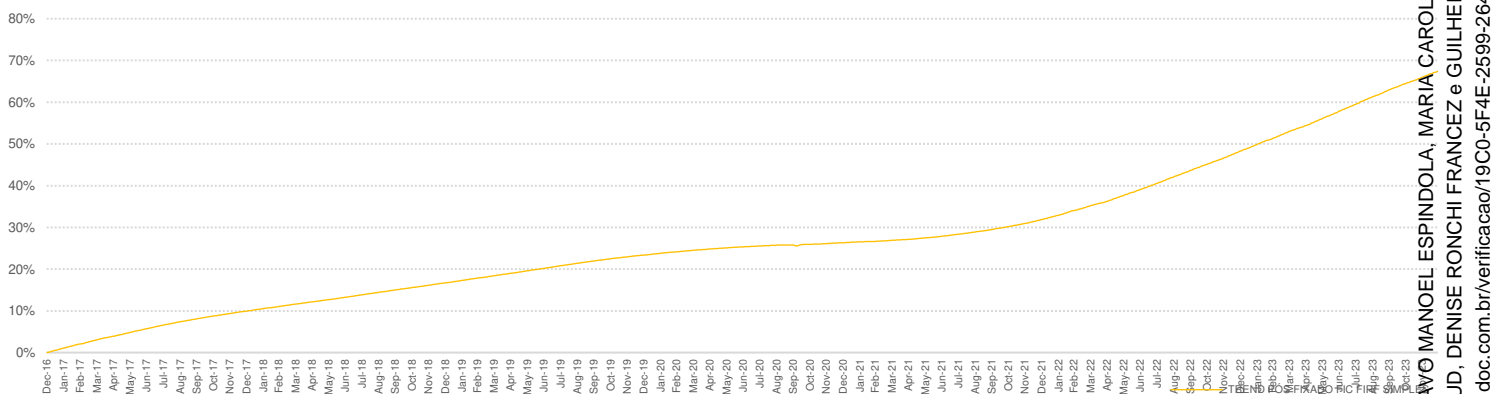
CNPJ: 26.559.284/0001-44

SOBRE O FUNDO

Estratégia: O fundo apresenta uma estratégia conservadora de renda fixa e replica o retorno da taxa Selic a partir da compra de LFTs, sendo uma alternativa mais líquida do que acessar o Tesouro Direto.

- Investidor **GERAL**
- Aplicação inicial mínima de **R\$ 100,00**
- Cotização de resgate **D+0 em dias úteis**
- Taxa de administração: **0.15%**
- Taxa de performance: **Não possui**
- Não possui** exposição cambial

RETORNO ACUMULADO (DESDE O INÍCIO)



RENTABILIDADE (EM %)

		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
2023	Fundo	1,11	0,92	1,16	0,87	1,15	1,09	1,05	1,16	0,99	0,96	0,89	0,90	12,96
	CDI	1,12	0,92	1,17	0,92	1,12	1,07	1,07	1,14	0,97	1,00	0,92	0,90	13,04
2022	Fundo	0,76	0,82	0,90	0,76	1,06	1,02	1,02	1,17	1,07	1,02	1,00	1,11	12,37
	CDI	0,73	0,75	0,92	0,83	1,03	1,01	1,03	1,17	1,07	1,02	1,02	1,12	12,37
Métricas		Meses Positivos		Meses Negativos		Meses Acima do Benchmark		Meses Abaixo do Benchmark		Maior Retorno Mensal		Menor Retorno Mensal		Volatilidade
Fundo		84		0		20		64		1.17		0.0		0.05%

Assinado por: SIDNEI LUIZ RIQUETTA, GUSTAVO MANOEL ESPINDOLA, MARIA CAROLINA MICHELS FRANCO, NILTO ASSIS COPPI JUNIOR, KALINKA FLORIANO PETERES, MARINE ALMEIDA LOPES, WANDERLEY CORRÊA COSTA, FERNANDA ALMEIDA DAWUD, DENISE RONCHI FRANCEZ e GUILHERME MACIEL MAFRA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://bc.1doc.com.br/verificacao/19C0-5F4E-2599-2649> e informe o código 19C0-5F4E-2599-2649



TREND

PÓS

FIXADO FIC
FIR SIMPLES

Dezembro de 2023

CNPJ: 26.559.284/0001-44

MAIS INFORMAÇÕES

Data de Início: 29/12/2016

Saldo Mínimo: R\$ 100,00

Movimentação Mínima: R\$ 100,00

Cotização de Aplicação: D+0

Liquidação de Resgate: D+0

Taxa de saída antecipada: Não cobra taxa

Taxa máxima de administração (a.a): 0.30%

Classificação Anbima: RENDA FIXA - SIMPLES

Tributação: Longo Prazo: Haverá cobrança de IR no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano sob a alíquota de 15% ("come-cotas"), ou no resgate, se ocorrido em data anterior, seguindo tabela regressiva partindo de 22,5% para intervalo entre aplicação e resgate menor do que 6 meses à 15% se o intervalo entre aplicação e resgate for maior do que 2 anos.

Patrimônio Líquido: R\$ 9.468.179.470,50

Patrimônio líquido (Médio 12 meses): R\$ 8.164.514.525,20

Administrador: XPI ADM

Custodiante: BNY Mellon

Auditor: E&Y

Gestor: XP Asset Management

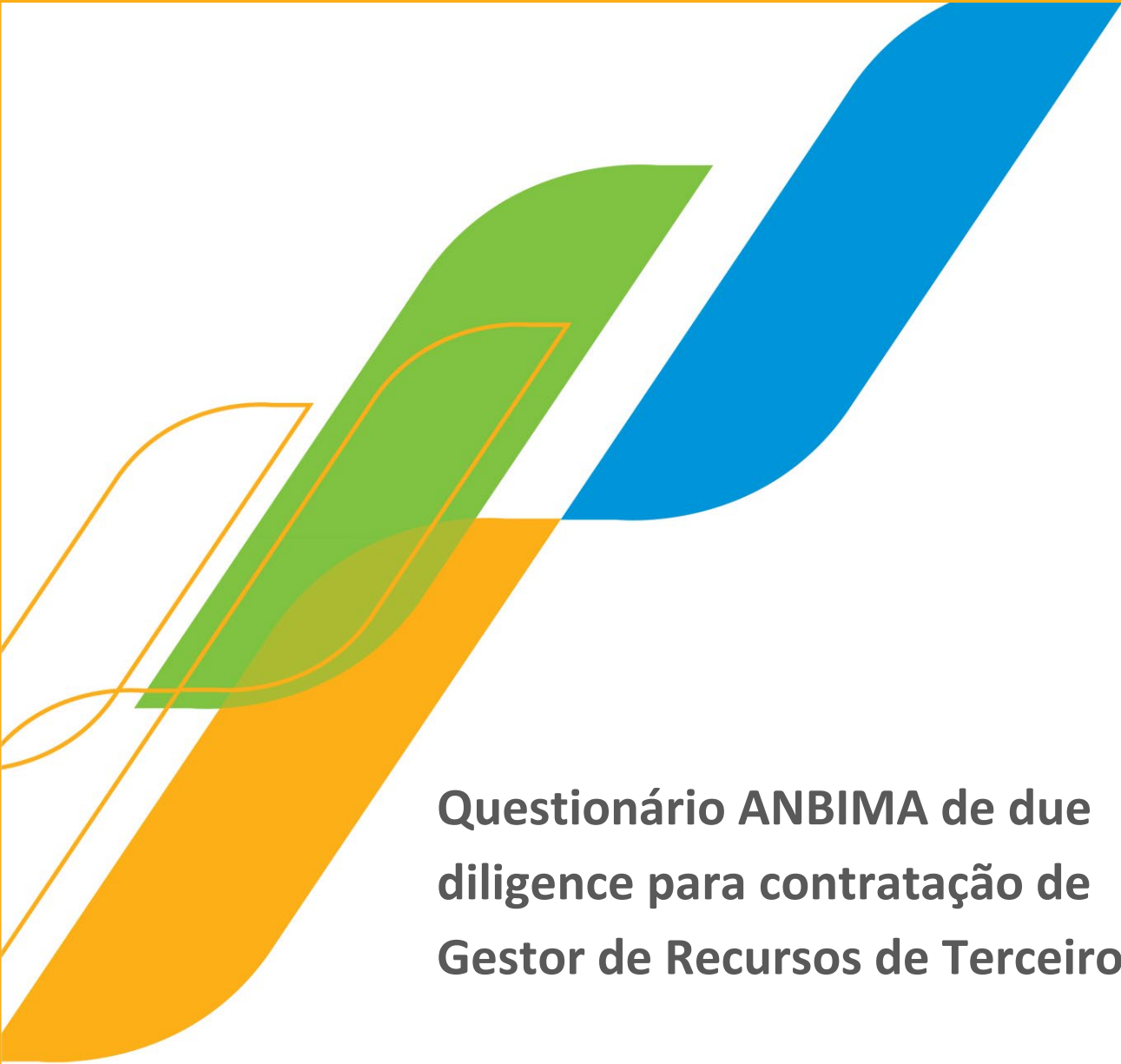
CONHEÇA OS OUTROS FUNDOS DA FAMÍLIA TREND

ACESSE

TREND
FUNDOS INDEXADOSxp asset
managementAutenticação
ANBIMA
Gestão de Recursos

A XP Asset Management é uma marca que inclui a XP Gestão de Recursos Ltda. ("XPG"), XP PE Gestão de Recursos Ltda. ("XPPE"), XP Allocation Asset Management Ltda. ("XP Allocation") e a XP Vista Asset Management Ltda. ("XPV"). A XPG, XPPE, XP Allocation e XPV são gestoras de recursos de valores mobiliários autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e constituídas na forma da Instrução CVM nº 558/15. A XP Allocation se encontra em fase de credenciamento na CVM. Todas as regras regulatórias aplicáveis são observadas pelas gestoras. Os fundos de estratégias de investimentos de Renda Variável e Multimercado são geridos pela XPG. Os fundos de estratégias de investimentos de Renda Fixa e Estruturados são geridos pela XPV. Os fundos de Previdência Privada são geridos tanto pela XPG quanto pela XPV, a depender da estratégia do fundo. Os fundos de private equity são geridos pela XPPE. A XP Allocation atua na gestão de fundos de investimentos e fundos de cotas de fundos de investimentos, com foco em Private Equity (XP Allocation, fund of funds, acesso) e Indexados. A XPPE, XPG, XP Allocation e a XPV não comercializam nem distribuem quotas de fundos de investimento ou qualquer outro ativo financeiro. As informações contidas neste site são de caráter meramente informativo e não constituem qualquer tipo de aconselhamento de investimentos, não devendo ser utilizadas com este propósito. Nenhuma informação contida neste site constitui uma solicitação, oferta ou recomendação para compra ou venda de quotas de fundos de investimento, ou de quaisquer outros valores mobiliários. Este site não é direcionado para quem se encontrar proibido por lei a acessar as informações nele contidas, as quais não devem ser usadas de qualquer forma contrária à qualquer lei de qualquer jurisdição. A XPPE, XP Allocation e a XPV, seus sócios e funcionários isentam-se de responsabilidade sobre quaisquer danos resultantes direta ou indiretamente da utilização das informações contidas neste site. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO DE INVESTIMENTO, DE GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA, LEIA O PROSPECTO, O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. DESCRIÇÃO DE RENTABILIDADE ANIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. O FUNDO está sujeito às variações e condições dos mercados em que investe, direta ou indiretamente. Consiste no risco de variação no valor dos ativos financeiros da carteira do fundo e/ou dos fundos investidos; Risco referente a possibilidade de concentração da carteira em ativos financeiros de um mesmo emissor; Representa risco de liquidez dos referidos ativos financeiros. Este material não leva em consideração os objetivos, o perfil de risco, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em suas características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Todas as informações legais estão disponíveis no regulamento, lâmina ou prospecto, disponíveis no site xpasset.com.br. RELAÇÃO COM INVESTIDORES: ri@xpasset.com.br





Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros

Contratado:

XP Allocation Asset Management Ltda

Contratante:

N/A

Questionário preenchido por:

Controles e Governança – XP Asset

Data:

Dezembro/2023

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com “N/A”).

Versão: 2019.1



[CLASSIFICAÇÃO: PÚBLICA]

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização

1.1	Nome do fundo
TREND DI SIMPLES FUNDOS DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA	
1.2	CNPJ
32.893.503/0001-20	
1.3	Data de início
14/02/2019	
1.4	Classificação ANBIMA
Renda Fixa	
1.5	Código ANBIMA
509043	
1.6	O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?
Não	
1.7	Classificação tributária (CP/LP/Ações)
LP	
1.8	Descreva o público-alvo.
Investidores em Geral	
1.9	O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?
Não	
1.10	Conta corrente (banco, agência, nº)
Banco 17, Ag: 1, Conta: 3508-4	
1.11	Conta CETIP (nº)
n/t	

1.12	Administração (indique contato para informações).	
XP INVESTIMENTOS CCTVM S.A.		
lucas.rabechini@xpi.com.br 55 11 3526-1500		
1.13	Custódia (indique contato para informações).	
BNY MELLON BANCO S.A.		
SAC: sac@bnymellon.com.br ou (21) 3219-2600, (11) 3050-8010, 0800 725 3219		
1.14	Auditoria externa	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.		
1.15	Caso se aplique, informar:	
	Escriturador	N/A
	Custodiante	N/A
	Consultor Especializado	N/A
	Assessor Jurídico	N/A
	Co-gestor	N/A
	Distribuidor	XP INVESTIMENTOS CCTVM
	Outros	N/A
1.16	Cotização: abertura ou fechamento?	
Fechamento		
1.17	Regras para aplicação e resgate:	
	Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)	As aplicações deverão ser informadas até as 14:30 horas. Cotização de aplicações em D+0.
	Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.	Não possui.
	Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)	Os resgates deverão ser informados até as 14:30 horas. Cotização de resgates em D+0 e liquidação em D+0 após a solicitação
	Aplicação inicial mínima	R\$ 100,00
	Aplicação máxima por cotista	Não há
	Aplicação adicional mínima	R\$ 100,00
	Resgate mínimo	Não há

Não há		
1.18	Taxa de Entrada (upfront fee)	
Não há		
1.19	Taxa de Saída (redemption fee)	
Não há		
1.20	Taxa de administração	
Não há		
1.21	Taxa de administração máxima	
Não há		
1.22	Taxa de custódia máxima	
Não há		
1.23	Taxa de Performance	
	% (Percentual)	N/A
	Benchmark	N/A
	Frequência	N/A
	Linha-d'água (sim ou não)	N/A
	Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	N/A
Não há		
1.24	Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.	
Não há		
1.25	Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).	
Não há		

2. Perfil

2.1	Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.
O fundo apresenta uma estratégia conservadora de renda fixa e replica o retorno da taxa Selic a partir da compra de títulos públicos pós-fixados (LFT), sendo uma alternativa mais líquida do que acessar o Tesouro Direto.	

2.2	Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.
Não houveram	
2.3	Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.
É feita uma análise da estrutura do índice de inflação IMA B-5+, buscando-se a melhor estrutura de alocação e execução para a réplica do índice ou estratégia desenvolvida internamente. Há um monitoramento constante dos gestores com atuação dinâmica quando necessário, caso se perceba alteração do comportamento do tracking error em relação ao esperado.	
2.4	Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos.
<ul style="list-style-type: none"> Onde Investir 2019, da revista Exame (Ed. 1175) dezembro/2018: o fundo Trend Pós Fixado FIRF (atualmente sob gestão da XP Allocation) foi reconhecido com 5 estrelas pelo ranking divulgado pela publicação. . Moody's Investor Service 2020 - Excellent (MQ1). Destaque Onde Investir 2020 (Revista Exame) Entre as melhores Gestoras Geral 2020 (Ranking de Previdência Valor/FGV). Ranking Melhores Fundos 2020 e 2021 (Infomoney e Ibmecc). 1º Lugar pelo Guia de Fundos 2021 (FGV, na Categoria Especialistas em Money Markets) Asset of the Year 2021 – Brazil (Pan Finance) 	

3. Equipe de gestão do fundo

3.1	Cite os profissionais envolvidos na gestão
<p>Bruno Castro é o CEO da XP Asset, sendo responsável por questões de produtos, governança e processos da Asset. Formado em Economia pela UnB, tem mestrado em finanças pelo Insper, certificação CGA e conta com 19 anos de experiência no mercado financeiro, tendo trabalhado por mais de 12 anos no Itaú, além de IPEA, Banco Alfa e Mauá Capital.</p> <p>Danilo de Souza Gabriel: Gestor da XP Asset Management responsável pelos fundos Indexados e Fundo de Fundos, iniciou sua carreira no Middle Office da RB Capital Asset Management em set/2013. Em dez/2014, migrou para o Banco BBM onde fez parte do BackOffice. Em set/2017 passou a integrar o time de gestão da XP Asset. É formado em Engenharia Mecânica de de Automóvel pelo Instituto Militar de Engenharia e possui a certificação CFA (CFA Institute) e CGA (Certificação de Gestor Anbima).</p> <p>Camila Wanous: Ingressou no mercado de trabalho em 2014 como estagiária no Banco BBM; em 2015 na mesma instituição passou a atuar como Analista de Sistemas sendo responsável por desenvolver sistemas para área de Crédito do banco. Em 2020 ingressou na iniciativa Segurança</p>	

Pública 5.0 onde atuou como Coordenadora Técnica. Em setembro/20, Camila se juntou ao time da XP Allocation. É formada em engenharia de computação pelo Instituto Militar de Engenharia; e mestranda em Informática pela PUC-Rio.

Bruno Tariki: Ingressou no time de gestão XP Allocation em abril/2021. Atuou como gestor em diversas estratégias na Bradesco Asset Management entre 2008 e 2021, sendo os últimos 4 anos dedicados aos fundos Indexados e ETFs. Graduado em Administração de Empresas pelo Insper.

Guilherme Moraes: Iniciou a carreira em 2017 como Engenheiro atuando na área até 2021 quando ingressou como Analista na célula de Indexados e Internacionais da XP Asset. Formado em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME).

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em 2017, Danilo Gabriel entrou na XP Asset para gerir os fundos de gestão passiva e FoFs, tendo assumido a posição de diretor de gestão de recursos da XP Allocation, desde sua constituição, em 2020.

Bruno Castro exerce a posição de CEO da XP Allocation, também desde 2020, assim como Fernando Genta, a de Economista-Chefe.

No mesmo ano, Felipe Dexheimer ingressou na gestora para gerir os fundos da família DNA, Samuel Oliveira assumiu a gestão dos fundos de alocação (Selection) e Jorge Lange passa a responder pela administração de carteira dos fundos de alocação com mandatos alternativos/estruturados.

Em 2019, o analista Alessandro Santos entrou na gestora para compor o time de gestão passiva e FoFs, tendo se desligado em 2021, para atender outro time da XP Asset.

Em setembro de 2020, Camila Wanous ingressou ao time para desenvolver a vertente de tecnologia e, atualmente, também colabora na gestão dos fundos Internacionais.

Em abril/2021, Bruno Takiri ingressou no time para ser o responsável por todos os fundos indexados de renda variável, incluindo os ETFs.

Em out/21, Guilherme Moraes ingressou no time para desenvolvimento da vertente de tecnologia e processos.

Em Outubro de 2022 Felipe Dexheimer e Samuel Oliveira deixaram de fazer parte da equipe.

4. Estratégias e carteiras

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

Dado a natureza do fundo indexado, o fundo não possui limites de risco no que tange stress. Seguimos numa estratégia de replica integral do índice divulgado periodicamente.

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

Não

5. Uso de derivativos

5.1	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:	
	Proteção de carteira ou de posição	SIM (x) NÃO ()
	Mudança de remuneração/indexador	SIM (x) NÃO ()
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM (x) NÃO ()
	Alavancagem	SIM (x) NÃO ()
5.2	Mercados em que são utilizados derivativos:	
	Juros	SIM (x) NÃO ()
	Câmbio	SIM (x) NÃO ()
	Ações	SIM () NÃO (x)
	Commodities	SIM () NÃO (x)
	Em Bolsas:	
	Com garantia	SIM (x) NÃO ()
	Sem garantia	SIM () NÃO (x)
	Em Balcão	
	Com garantia	SIM (x) NÃO ()
	Sem garantia	SIM () NÃO (x)
5.3	Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado?	
Não aplicável, dado que é vedado ao FUNDO aplicar em ativos financeiros de crédito privado.		

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM () NÃO (x)
6.2	De fundos da gestora?	SIM () NÃO (x)

7. Informações adicionais

7.1	PL atual.
	R\$ 4109309831 Data base: 30/11/2023
7.2	PL médio em 12 (doze) meses.
	R\$ 5,708,423,007.95 Data base: 30/11/2023
7.3	PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.
	R\$ 37,412,078,775.00 Data base: 30/11/2023
7.4	Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?
	Pela natureza indexada dos fundos e profundidade do mercado de NTN-B no Brasil, não identificamos limites máximos para a estratégia dos fundos.]
7.5	Número de cotistas.
	91800 Data base: 30/11/2023
7.6	Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?
	Inferior à 10%
7.7	Descreva as regras de concentração de passivo.
	Não há
7.8	Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.
	PCO 100%
7.9	Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?
	Não
7.10	A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?
	Não

8. Gestão de risco

8.1	Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.
	É vedado ao fundo a aplicação em ativos de crédito privado
8.2	Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.
	A liquidez individual dos ativos será calculada considerando o seguinte critério por tipo de ativo:

Títulos Públicos: É utilizado o percentual de 20% sobre o ADTV (Average Daily Trading Volume), em uma janela de 63 dias úteis para definir o volume máximo que pode ser zerado em um dia de mercado.

Títulos Privados emitidos por Instituição Financeira: É utilizado o percentual de 30% sobre o ADTV (Average Daily Trading Volume) consolidado do seu emissor, em uma janela de 63 dias úteis para definir o volume máximo que pode ser zerado em um dia de mercado. Caso o emissor não tenha negociação no período é utilizado o Fliq da ANBIMA.

Debêntures: É utilizado o percentual de 30% sobre o ADTV (Average Daily Trading Volume), em uma janela de 63 dias úteis para definir o volume máximo que pode ser zerado em um dia de mercado. Caso a debênture não tenha negociação no período é utilizado o Fliq da ANBIMA.

Demais Títulos Privados emitidos por Instituição Não Financeira: Considerados os fatores de liquidez divulgados pela ANBIMA (Fliq1 e Fliq2) como redutores do prazo de vencimento destes ativos.

Fundos de Investimentos (ICVM 555): Serão considerados o somatório dos prazos de cotização e liquidação para pagamento de resgate expostos em seu regulamento. Vale lembrar que a opção de resgate com taxa de saída, quando existente, nunca é considerada, sendo considerada somente a opção de resgate sem taxa de saída.

8.3 Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.

Não aplicável

8.4 Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?

Para os derivativos ilíquidos o prazo de zeragem considerado é entre a data de análise e o seu vencimento.

8.5 Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?

São utilizadas as seguintes métricas no controle de risco de mercado:

- **VaR (Value at Risk):** Definido com a perda estimada em uma carteira, dado um horizonte de tempo e intervalo de confiança conhecidos. Utilizamos o modelo paramétrico, que pressupõe que a distribuição de retornos dos fatores de risco tem as características da distribuição normal, com intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo de um dia.
- **Volatilidade:** Definida como a dispersão dos retornos em relação a sua média, e calculada pela área de Gestão de Risco utilizando o modelo EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), que aloca mais peso nas observações mais recentes, fornecendo uma estimativa que considera de forma mais eficiente momentos atuais de mercado. Adotamos para este modelo o fator de decaimento de 0,94.
- **Expected Shortfall (Conditional VaR):** Avaliação da perda esperada fora do intervalo de confiança estabelecido no cálculo do VaR.

8.6 Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais?

Não		
8.7	Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5	
<p>Nos casos em que porventura ocorra o desenquadramento dos limites internos e/ou legais, serão avaliadas as possibilidades de atuação para reenquadramento das carteiras, e o processo de enquadramento se dará em melhores esforços para ser feito de forma ágil e minimizando quaisquer potenciais perdas aos cotistas.</p> <p>Para os casos dos desenquadramentos legais são enviadas ao administrador as explicações resumidas dos motivos do desenquadramento, assim como as medidas tomadas para o reenquadramento / adequação do fundo.</p> <p>Os casos em que sejam identificados desenquadramentos passivos dos limites internos e/ou legais serão tratados em comitê interno de risco, e será traçado plano de acompanhamento e reenquadramento da carteira.</p> <p>Acreditamos que os controles prévios efetuados pela equipe de Gerenciamento de Riscos da XP Asset são suficientes para evitar qualquer tipo de desenquadramento ativo dos fundos.</p>		
8.8	Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?	
Não aplicável		
8.9	De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?	
<p>As métricas de risco de mercado são apuradas a partir de utilização de sistema terceirizado de risco desenvolvida pela empresa Everyisk Technologies denominado Everyisk.</p> <p>Neste sistema é realizado o upload das carteiras e as atualizações dos dados de mercado (preços e curvas) são executadas diariamente no próprio sistema, que após este processo está apto a calcular as métricas de risco e posteriormente gerar os relatórios e os controles pertinentes a este fundo.</p>		
8.10	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.	
Não foi excedido		
8.11	Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:	
	3 meses?	0,005%
	6 meses?	0,005%
	12 meses?	0,004%
	24 meses?	0,003%

8.12	Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?	
Não aplicável		
8.13	Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B³ ou o próprio)?	
Não aplicável		
8.14	Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?	
Não aplicável		
8.15	Qual o stress médio do fundo nos últimos 3 (três) meses?	N/A
	6 (seis) meses?	N/A
	12 (doze) meses?	N/A
	24 (vinte e quatro) meses?	N/A
8.16	Comente o último stop loss relevante do fundo.	
Não houve		

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	N/A	N/A
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	N/A	N/A
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	N/A	N/A
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	N/A	N/A
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	N/A	N/A
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	N/A	N/A
* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).			

10. Três períodos de maior perda do fundo

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	25/09/2020 – 06/10/2020	Pandemia Corona vírus (Covid 19)	-0,22%	Deteriorização generalizada nos preços em escala global	5 dias
2	15/09/2020 – 17/09/2020	Pandemia Corona vírus (Covid 19)	-0,01%	Deteriorização generalizada nos preços em escala global	5 dias
3	21/10/2020 – 23/10/2020	Pandemia Corona vírus (Covid 19)	-0,01%	Deteriorização generalizada nos preços em escala global	3 dias

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

	2019	2020	2021	2022	2023
LFT	1,11%	1,60%	3,51%	9,83%	10,84%
OVER	0,03%	1,03%	1,07%	2,72%	1,29%

Data base 30/11/2023

11.2 Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações e resgates).

Não houve mudança da estratégia de alocação até a presente data.

11.3 O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?

O fundo sempre esteve aberto para captação.

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1 Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

Sob demanda.	
12.2	Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos?
Mensalmente, com possibilidade de abertura de exceções conforme demanda.	
12.3	Por quais canais o fundo é distribuído?
Plataformas digitais e distribuição institucional.	
12.4	Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?
Distribuidor A: 100%	

13. Atendimento aos cotistas

13.1	Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?
Informe diário de cotas.	
13.2	Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?
Site atualizado diariamente e e-mails cadastrados para receber o informe diário.	
13.3	Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?
Sim. Através do e-mail ri@xpasset.com.br.	

14. Investimento no exterior

14.1	Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.
Não aplicável	
14.2	Quais os riscos envolvidos?
Não aplicável	
14.3	Quais são os mercados em que o fundo opera?
Não aplicável	
14.4	Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?
Não aplicável	

14.5	Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundos de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros).	
	Administrador Fiduciário	
	Custodiante	
	Auditor	
	RTA	
	Prime Brokers	
	NAV Calculator	
	Domicílio do fundo	
	Taxa de administração	
	Código ISIN do fundo	
	Moeda do domicílio fundo no exterior	
	Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	
14.6	Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.	
	Não aplicável	
14.7	Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.	
	Não aplicável	

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Home - XP Asset
15.1	Regulamento	Regulamento FIC - aberto (555) revisado (mziq.com)
15.2	Formulário de informações complementares	{cnpj fundo} (xpasset-files.s3.amazonaws.com)
15.3	Última lâmina de informações essenciais	{cnpj fundo} (xpasset-files.s3.amazonaws.com)
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	{cnpj fundo} (xpasset-files.s3.amazonaws.com)

São Paulo, 18 de Setembro de 2023

XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE
INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES
CNPJ/ME nº 26.559.284/0001-44 ("Fundo" ou "Fundo Incorporador")**

I. DATA, HORA E LOCAL: Realizada, por meio de Consulta Formal, exclusivamente de forma eletrônica e remota, nos termos do Regulamento do Fundo, em 06 de setembro de 2023, às 10h ("Assembleia").

II. COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente – Sr(a). Guilherme Cardona; Secretário(a) – Sr(a). Yoseph Yoo.

III. CONVOCAÇÃO: Realizada por meio de correspondência encaminhada a cada um dos cotistas do Fundo em 22 de agosto de 2023, nos termos do artigo 67 da Instrução CVM Nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("ICVM 555").

IV. PRESENÇA: O(s) referido(s) cotista(s) do Fundo e a **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.332.886/0001-04, situada na Av. Ataulfo de Paiva nº 153, 5º e 8º andares, Leblon, na cidade e Estado do Rio de Janeiro na qualidade de instituição administradora do Fundo ("Administradora") não compareceu(ram) fisicamente na presente assembleia, todavia, sua(s) assinatura(s) na ata e/ou as Manifestações de Voto enviadas representam seus votos para as deliberações abaixo.

V. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a:

(i) alteração da política de investimento do Fundo disposta no CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA e no ANEXO I – POLÍTICA DE INVESTIMENTO do regulamento do Fundo ("Regulamento");

(ii) incorporação do **XP FUJI ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES**, inscrito no CNPJ/ME nº 42.750.164/0001-86 ("Fundo Incorporado") pelo Fundo Incorporador, com versão da totalidade do patrimônio líquido do Fundo Incorporado para o Fundo Incorporador, ambos administrados pela Administradora;

(iii) autorização para a Administradora praticar todos os atos necessários, úteis e/ou convenientes à implementação das deliberações do(s) item(ns) acima;

(iv) exclusão do Horário Limite de Solicitação disposto no quadro Movimentação no Anexo II do Regulamento do Fundo, com a consequente modificação redacional dos itens 2 e 3 do referido anexo;

(v) alteração e consolidação do regulamento do Fundo nos termos do anexo à presente ata, considerando as deliberações acima, bem como a autorização da Administradora do Fundo a tomar todas as providências para a implementação das deliberações aqui aprovadas.

VI. DELIBERAÇÕES: Os cotistas, mediante o envio prévio das manifestações de voto, aprovaram, sem quaisquer restrições ou ressalvas, a:

(i) alteração da política de investimento do Fundo disposta no CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA e no ANEXO I – POLÍTICA DE INVESTIMENTO do regulamento do Fundo ("Regulamento"). Nesse sentido, referidas alterações passam a vigorar conforme abaixo:

3.1. O Fundo tem como principal fator de risco a variação da taxa de juros domésticas.

3.2. Política de Investimento e Composição da Carteira. O Fundo aplicará, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em cotas do fundo de investimento TREND PÓS-FIXADO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA

FIXA SIMPLES, inscrito no CNPJ/ME nº 32.892.326/0001-67 ("Fundo Investido"). A descrição detalhada da política de investimento do Fundo ("Política de Investimento") está prevista no Anexo I deste Regulamento. Os limites estabelecidos no Anexo I devem ser considerados em conjunto e cumulativamente

Parágrafo Único. O saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo a que se refere o item 3.2 acima, poderá ser alocado nos ativos relacionados no Anexo I.

3.3. O Fundo poderá receber recursos de Fundações, EFPC, RPPS e Fundos das Sociedades Seguradoras, deste modo, deverá obedecer, no que lhe for aplicável, as vedações estabelecidas na regulamentação em vigor aplicável às EFPC, RPPS e Sociedades Seguradoras, qual seja, a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.994 de 22.03.2022 ("Res. CMN 4.994/22"), nº 4.963 de 25.11.2021 ("Res. CMN 4.963/21") e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.993 de 24.03.2022 ("Res. CMN 4.993/22") e alterações posteriores. Neste caso, as EFPC, os RPPS e os Fundos das Sociedades Seguradoras são responsáveis pelo enquadramento de seus investimentos aos limites estabelecidos pelas normas específicas, aplicáveis a eles e as suas aplicações, sendo que o controle dos referidos limites não é de responsabilidade da Administradora e/ou da Gestora deste Fundo.

Parágrafo Primeiro. São vedadas ao Fundo:

- (i) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;*
- (ii) aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais o ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;*
- (iii) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;*
- (iv) realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade) ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC;*
- (v) atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN 4.963/21;*
- (vi) negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;*
- (vii) aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;*
- (viii) remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: a) taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento ou contrato de carteira administrada; ou b) encargos do fundo, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;*
- (ix) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM;*
- (x) aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas (COE);*
- (xi) realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras, ressalvados os casos expressamente previstos no art. 25 na Resolução CMN 4.994/22;*
- (xii) aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas;*
- (xiii) aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN 4.994/22;*
- (xiv) realizar operações compromissadas lastreadas em títulos privados;*
- (xv) realizar operações compromissadas reversas;*
- (xvi) aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedades por ações de capital fechado, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN 4.994/22;*
- (xvii) realizar operações com ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários não admitidos à negociação por intermédio de mercado de balcão organizado ou bolsa de valores autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: a) distribuição pública de ações; b) exercício do direito de preferência; c) conversão de debêntures em ações; d) exercício de bônus ou de recibos de subscrição; e) casos que envolvam negociação de participação relevante conforme regulamentação da Previc; e f) demais casos expressamente previstos na Resolução CMN 4.994/22;*
- (xviii) manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento: a) a descoberto; ou b) que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento ou que obriguem ao cotista aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo;*

- (xix) realizar operações com ações por meio de negociações privadas, ressalvadas as hipóteses previstas pela legislação vigente;
- (xx) aplicar em fundo de investimento em participações (FIP) não classificado como entidade de investimento, conforme regulamentação da CVM;
- (xxi) aplicar direta ou indiretamente em FIP com o sufixo "Investimento no Exterior";
- (xxii) locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, exceto nas hipóteses permitidas pela regulamentação em vigor;
- (xxiii) adquirir Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCB) ou títulos de emissão de instituições financeiras representativos de operações ativas vinculadas cujo devedor da operação ativa vinculada esteja indicado neste item como emissor vedado;
- (xxiv) contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade autorizada pela CVM; e prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar o Fundo sob qualquer outra forma ou modalidade de coobrigação.
- (xxv) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar o Fundo sob qualquer outra forma ou modalidade de coobrigação.

Parágrafo Segundo. O cotista tem ciência e concorda que a Administradora e a Gestora são responsáveis, exclusivamente, pela observância dos limites estabelecidos neste Regulamento, cabendo exclusivamente ao Cotista controlar os seus referidos limites de forma a assegurar que, na consolidação de seus investimentos com os investimentos do Fundo, os limites estabelecidos na sua regulamentação específica não sejam excedidos.

3.4. O Fundo não poderá aplicar em ativos financeiros no exterior.

3.5. O Fundo não poderá aplicar em ativos que utilizam estratégias que podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

3.6. Os limites dos percentuais de enquadramento referidos neste Capítulo deverão ser cumpridos pela Gestora e acompanhados pela Administradora, diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do respectivo Dia Útil (conforme definido no Anexo II deste Regulamento).

(...)

ANEXO I – POLÍTICA DE INVESTIMENTO

LIMITES POR ATIVO (EM % DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)			
LEGISLAÇÃO		FUNDO	ATIVOS
GRUPO I - NO MÍNIMO 95%	Até 100%	Permitido	Fundo Investido.
		Permitido	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14 classificados como Renda Fixa Simples, destinados a investidores qualificados ou não qualificados.
GRUPO II – Até 5%		Permitido	Títulos públicos federais.
		Vedado	Ativos financeiros de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituição financeira que possuam classificação de riscos, no mínimo, equivalentes à atribuída aos títulos públicos federais.
		Permitido	Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

LIMITES POR EMISSOR (EM % DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)		
LEGISLAÇÃO	FUNDO	EMISSION
Até 100%	Permitido	Fundo de investimento
Até 5%	Vedado	Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Vedado	Companhia aberta
	Vedado	Pessoa física ou jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
Este Fundo poderá estar exposto, direta ou indiretamente, a significativa concentração em determinados ativos financeiros e/ou poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.		

LIMITE PARA CRÉDITO PRIVADO (% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)

Vedado	Ativos financeiros de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou de emissores públicos diferentes da União Federal, direta ou indiretamente.
--------	--

DERIVATIVOS (INVESTIMENTO INDIRETO)	
Vedado	Exposição à operações nos mercados de derivativos e de liquidação futura, com registro ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e de futuros ou com atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação e que tais operações não podem resultar em possibilidade de perda superior a uma vez seu respectivo patrimônio líquido (100% PL), sendo vedada a realização de operações a descoberto.
Vedado	Até 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing.
Vedado	Até 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e fundo de investimento.

OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA, GESTORA(S) E LIGADAS (% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)	
Vedado*	Contraparte Administradora, Gestor(as) e ligadas, inclusive veículos de investimento por eles administrados e/ou geridos.
Vedado	Títulos ou valores mobiliários de emissão ou coobrigação de pessoas físicas, bem como carteiras administradas por pessoas físicas ou fundos de investimentos cujas carteiras sejam administradas por pessoas físicas.
Vedado	Ativos financeiros emitidos pela Administradora, Gestora(s) e ligadas, sendo vedada a aquisição de ações da Administradora.
Vedado	Aplicação em ações de companhia aberta admitidas à negociação em mercado de balcão organizado credenciado pela CVM que não pertençam a índice de mercado de balcão organizado, ou que não tenham pertencido ao mesmo índice no mês anterior, bem como os respectivos bônus de subscrição, recibos de subscrição, certificados de depósitos de ações ou quaisquer títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ou cujo exercício dê direito ao recebimento ou aquisição de ações.
Vedado	Cotas de fundos de investimentos que não possuam procedimentos de avaliação e de mensuração de risco da carteira de investimentos.
Até 100%	Cotas de fundos de investimento administrados pela Administradora, Gestora(s) e ligadas.
A vedação identificada com o símbolo (*), no quadro acima, não será aplicável no caso de operações compromissadas destinadas à aplicação, por um único dia, de recursos do Fundo que não puderam ser alocados em outros ativos financeiros, no mesmo dia, na forma regulamentada	

(...)"

(ii) incorporação do Fundo Incorporado pelo Fundo Incorporador, com versão da totalidade do patrimônio líquido do Fundo Incorporado para o Fundo Incorporador, observados os seguintes requisitos:

- (a) a incorporação ora aprovada deverá ser realizada com base na data do fechamento do dia 17 de outubro de 2023 ("Data-Base");
- (b) a assembleia geral de cotistas do Fundo Incorporado, devidamente reunida, deverá aprovar a sua incorporação; e
- (c) o número de cotas a ser emitido pelo Fundo Incorporador será obtido pela divisão do valor do patrimônio líquido do Fundo Incorporado, na Data-Base, pelo valor da cota do Fundo Incorporador também na Data-Base.

Uma vez efetivada a incorporação aprovada no item (i) acima, o Fundo Incorporado será extinto de pleno direito, com a assunção de todo o seu ativo, passivo, direitos, obrigações e responsabilidades existentes pelo Fundo Incorporador, inclusive, sem limitação, os direitos de créditos futuros, relativos a dividendos, juros sobre capital próprio e demais proventos a receber, gerados pelas operações do Fundo Incorporado.

(iii) autorizar, para todos os fins e efeitos legais, a Administradora a praticar todos os atos necessários úteis e/ou convenientes à implementação e formalização da incorporação pelo Fundo Incorporador, sendo certo que a operacionalização da incorporação depende da conclusão dos devidos fluxos envolvendo as corretoras contratadas pelo Fundo Incorporador e o cumprimento dos prazos e trâmites exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, bem como perante demais terceiros, caso necessário.

A Administradora envidará seus melhores esforços na promoção das medidas necessárias e demais trâmites acima referidos. Caso, em decorrência de atos ou omissões de terceiros, alheios à vontade da Administradora, não obstante seus esforços, a Data-Base venha a ser alterada, tal fato será imediatamente comunicado aos cotistas do Fundo Incorporador e Fundo Incorporado, devendo ser adotadas as medidas necessárias para viabilizar a consecução das deliberações aprovadas nesta Assembleia, junto ao Fundo Incorporador e ao Fundo Incorporado.

(iv) exclusão do Horário Limite de Solicitação disposto no quadro Movimentação no Anexo II do Regulamento do Fundo, com a consequente modificação redacional dos itens 2 e 3 do referido anexo, passando o Regulamento a vigorar nos termos do instrumento anexo à presente ata;

(v) alteração e consolidação do regulamento do Fundo nos termos do anexo à presente ata, considerando as deliberações acima, bem como a autorização da Administradora do Fundo a tomar todas as providências para a implementação das deliberações aqui aprovadas, a partir do dia 18 de outubro de 2023.

As Manifestações de Voto assinada(s) pelo(s) cotista(s) encontra(m)-se arquivada(s) na sede da Administradora.

VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada, lida e aprovada pelos supracitados.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2023.

**XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
ADMINISTRADORA**

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44**CAPÍTULO I – FORMA DE CONSTITUIÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO, OBJETIVO DO FUNDO E CLASSIFICAÇÃO**

1.1. Forma de Constituição e Prazo de Duração. O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração ("Prazo de Duração") e será regido pelo presente Regulamento, pela Instrução CVM nº 555/14, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

1.2. Objetivo. O Fundo tem por objetivo obter ganhos aos seus cotistas, mediante investimentos majoritariamente em cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento ("Fundos Investidos"), registradas ou negociadas nos mercados internos e/ou externos, que tenham como objetivo acompanhar o CDI, mediante investimentos em ativos financeiros de renda fixa e/ou cotas de fundos que tenham como principal fator de risco a variação da taxa de juros domésticas e/ou índices de preços, desde que respeitados os limites e regras impostos pela legislação e regulamentação vigentes.

1.3. Classificação. O Fundo é classificado como "Renda Fixa Simples".

CAPÍTULO II – PÚBLICO-ALVO

2.1. Público-Alvo. O Fundo é destinado a receber, exclusivamente, de Público em Geral, observadas as disposições da Resolução CVM nº 30/21, conforme alterada, bem como clientes Institucionais: Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), Fundações, Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e recursos dos Fundos das Sociedades Seguradoras.

CAPÍTULO III – POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

3.1. O Fundo tem como principal fator de risco a variação da taxa de juros domésticas.

3.2. Política de Investimento e Composição da Carteira. O Fundo aplicará, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio líquido em cotas do fundo de investimento **TREND PÓS-FIXADO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES**, inscrito no CNPJ/ME nº 32.892.326/0001-67 ("Fundo Investido"). A descrição detalhada da política de investimento do Fundo ("Política de Investimento") está prevista no Anexo I deste Regulamento. Os limites estabelecidos no Anexo I devem ser considerados em conjunto e cumulativamente

Parágrafo Único. O saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo a que se refere o item 3.2 acima, poderá ser alocado nos ativos relacionados no Anexo I.

3.3. O Fundo poderá receber recursos de Fundações, EFPC, RPPS e Fundos das Sociedades Seguradoras, deste modo, deverá obedecer, no que lhe for aplicável, as vedações estabelecidas na regulamentação em vigor aplicável às EFPC, RPPS e Sociedades Seguradoras, qual seja, a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.994 de 22.03.2022 ("Res. CMN 4.994/22"), nº 4.963 de 25.11.2021 ("Res. CMN 4.963/21") e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.993 de 24.03.2022 ("Res. CMN 4.993/22") e alterações posteriores. Neste caso, as EFPC, os RPPS e os Fundos das Sociedades Seguradoras são responsáveis pelo enquadramento de seus investimentos aos limites estabelecidos

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

pelas normas específicas, aplicáveis a eles e as suas aplicações, sendo que o controle dos referidos limites não é de responsabilidade da Administradora e/ou da Gestora deste Fundo.

Parágrafo Primeiro. São vedadas ao Fundo:

- (i) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cuja atuação em mercados de derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- (ii) aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais o ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- (iii) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
- (iv) realizar diretamente operações de compra e venda de um mesmo ativo financeiro em um mesmo dia (operações day trade) ou qualquer outra forma de troca de ativos entre planos de uma mesma EFPC;
- (v) atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN 4.963/21;
- (vi) negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;
- (vii) aplicar recursos diretamente na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;
- (viii) remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes: a) taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento ou contrato de carteira administrada; ou b) encargos do fundo, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários;
- (ix) aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM;
- (x) aplicar recursos diretamente em certificados de operações estruturadas (COE);
- (xi) realizar operações de crédito, inclusive com suas patrocinadoras, ressalvados os casos expressamente previstos no art. 25 na Resolução CMN 4.994/22;
- (xii) aplicar em ativos financeiros de emissão de pessoas físicas;
- (xiii) aplicar em ativos financeiros de emissão de sociedades limitadas, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN 4.994/22;
- (xiv) realizar operações compromissadas lastreadas em títulos privados;
- (xv) realizar operações compromissadas reversas;
- (xvi) aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedades por ações de capital fechado, ressalvados os casos expressamente previstos na Resolução CMN 4.994/22;
- (xvii) realizar operações com ações, bônus de subscrição em ações, recibos de subscrição em ações, certificados de depósito de valores mobiliários não admitidos à negociação por intermédio de mercado de balcão organizado ou bolsa de valores autorizada a funcionar pela CVM, exceto nas seguintes hipóteses: a) distribuição pública de ações; b) exercício do direito de preferência; c) conversão de debêntures em ações; d) exercício de bônus ou de recibos de subscrição; e) casos que envolvam negociação de participação relevante conforme regulamentação da Previc; e f) demais casos expressamente previstos na Resolução CMN 4.994/22;

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

- (xviii) (xviii) manter posições em mercados derivativos, diretamente ou por meio de fundo de investimento: a) a descoberto; ou b) que gerem possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio da carteira ou do fundo de investimento ou que obriguem ao cotista aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo;
- (xix) realizar operações com ações por meio de negociações privadas, ressalvadas as hipóteses previstas pela legislação vigente;
- (xx) aplicar em fundo de investimento em participações (FIP) não classificado como entidade de investimento, conforme regulamentação da CVM;
- (xxi) aplicar direta ou indiretamente em FIP com o sufixo "Investimento no Exterior";
- (xxii) locar, emprestar, tomar emprestado, empenhar ou caucionar ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo, exceto nas hipóteses permitidas pela regulamentação em vigor;
- (xxiii) adquirir Certificados de Cédula de Crédito Bancário (CCCB) ou títulos de emissão de instituições financeiras representativos de operações ativas vinculadas cujo devedor da operação ativa vinculada esteja indicado neste item como emissor vedado;
- (xxiv) contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade autorizada pela CVM; e prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar o Fundo sob qualquer outra forma ou modalidade de coobrigação.
- (xxv) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar o Fundo sob qualquer outra forma ou modalidade de coobrigação.

Parágrafo Segundo. O cotista tem ciência e concorda que a Administradora e a Gestora são responsáveis, exclusivamente, pela observância dos limites estabelecidos neste Regulamento, cabendo exclusivamente ao Cotista controlar os seus referidos limites de forma a assegurar que, na consolidação de seus investimentos com os investimentos do Fundo, os limites estabelecidos na sua regulamentação específica não sejam excedidos.

3.4. O Fundo não poderá aplicar em ativos financeiros no exterior.

3.5. O Fundo poderá aplicar em ativos que utilizam estratégias que podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas.

3.6. Os limites dos percentuais de enquadramento referidos neste Capítulo deverão ser cumpridos pela Gestora e acompanhados pela Administradora, diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do respectivo Dia Útil (conforme definido no Anexo II deste Regulamento).

CAPÍTULO IV – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA E/OU GESTORA

4.1. A administração fiduciária do Fundo será realizada pela **XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrita no CNPJ nº 02.332.886/0001-04, com sede na Av. Ataulfo de Paiva, nº 153, 5º e 8º andares, Leblon, na cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22440-033, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 10.460, de 26 de junho de 2009 ("Administradora").

4.2. A gestão profissional da carteira do Fundo será realizada pela **XP ALLOCATION ASSET MANAGEMENT LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.918.829/0001-88, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Sul, 30º andar (parte), na cidade e Estado de São Paulo, CEP 04543-

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

907, autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 18.247, de 24 de novembro de 2020 ("Gestora").

4.3. As atividades de custódia e tesouraria de cotas do Fundo serão realizadas pelo **BNY MELLON BANCO S.A.**, inscrito sob CNPJ nº 42.272.526/0001-70, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 10º andar, conjunto 1001, Centro, CEP 20030-905, autorizado pela CVM a realizar tais atividades por meio do Ato Declaratório nº 12.605, de 26 de setembro de 2012 ("Custodiante").

4.4. As atividades de escrituração de cotas serão realizadas pelo **BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.201.501/0001-61, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro, autorizada pela CVM a prestar tais atividades por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997 ("Escriturador").

4.5. A Administradora e a Gestora estão obrigadas a adotar as seguintes normas de conduta:

I - exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses do cotista e do Fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;

II - exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do Fundo, ressalvado o que dispuser o Regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do Fundo; e

III - empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis.

4.6. A Administradora e a Gestora devem transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição, sem prejuízo da remuneração que lhes é devida, exceto nas situações em que (i) o Fundo se destina à Investidores Profissionais, e a totalidade dos cotistas tenham assinado o Anexo 92-A, da Instrução CVM nº 555/14; ou (ii) o Fundo invista mais de 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em um único fundo de investimento.

CAPÍTULO V – DA RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA

5.1. Sem prejuízo do disposto no Capítulo VIII deste Regulamento, na hipótese de renúncia ou descredenciamento, ficará a Administradora obrigada a convocar a Assembleia Geral, a se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias, para deliberar sobre a indicação de nova instituição administradora e/ou gestora. É também facultado aos cotistas que detenham, ao menos, 5% (cinco por cento) das cotas emitidas, em qualquer caso, ou à CVM, nos casos de descredenciamento, a convocação da referida Assembleia Geral.

5.2. Na hipótese de renúncia, a Administradora e/ou a Gestora deverá(ão) permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias,

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

sob pena de liquidação do Fundo, sendo devida a Taxa de Administração de forma *pro rata* até a data de sua efetiva substituição.

CAPÍTULO VI – FATORES DE RISCO

6.1. Fatores de Risco. Embora a Administradora e a Gestora adotem métricas de supervisão e gerenciamento de riscos, conforme descritos no Capítulo VII deste Regulamento, não há garantia contra eventuais perdas patrimoniais às quais a carteira do Fundo, bem como, as carteiras dos Fundos Investidos podem incorrer. Nesse sentido, os Fatores de Risco aos quais o Fundo e os Fundos Investidos estão sujeitos (mas sem limitação) são:

(a) Risco de Mercado. Os valores dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo são passíveis das oscilações decorrentes das flutuações de preços e cotações de mercado, bem como das taxas de juros e dos resultados dos emissores dos ativos financeiros que compõem a carteira do Fundo, não se limitando a fatores macroeconômicos, políticos e/ou específicos das companhias emissoras dos ativos financeiros. Nos casos em que houver queda do valor dos ativos financeiros que compõem a carteira do Fundo, o patrimônio líquido do Fundo pode ser afetado negativamente. Em determinados momentos de mercado, a volatilidade dos preços dos ativos pode ser elevada, podendo acarretar oscilações bruscas no valor das cotas e no resultado do Fundo.

(b) Efeitos da Política Econômica do Governo Federal. Consistem no risco de fatores macroeconômicos, como os efeitos da política econômica praticada pelo governo brasileiro e demais variáveis exógenas, tais como, a ocorrência no Brasil ou exterior, de eventos de natureza política, econômica, financeira ou regulatória que influenciem de forma relevante o mercado brasileiro.

(c) Risco de Liquidez. O Fundo poderá estar sujeito a períodos de dificuldade de execução de ordens de compra e venda, ocasionados por baixas ou inexistentes demandas e negociabilidade dos ativos financeiros integrantes da carteira do Fundo e/ou dos Fundos Investidos. Nesse sentido, o Fundo poderá não estar apto a efetuar, dentro do prazo máximo estabelecido no Regulamento, pagamentos relativos a resgates de cotas do Fundo, quando solicitados pelos cotistas. Este cenário pode se dar em função da falta de liquidez dos mercados nos quais os valores mobiliários são negociados, grande volume de solicitações de resgate ou de outras condições atípicas de mercado. Nessas hipóteses, a Administradora poderá, inclusive, determinar o fechamento do Fundo para novas aplicações ou para resgates.

(d) Risco Tributário. Tanto a Administradora quanto a Gestora envidarão os melhores esforços para manter a composição da carteira do Fundo adequada ao tratamento tributário aplicável aos fundos de investimento considerados de longo prazo, para fins tributários. No entanto, não há garantia de que este tratamento tributário será sempre aplicável ao Fundo devido à possibilidade de ser reduzido o prazo médio de sua carteira, em razão da adoção de estratégias de curto prazo, pela Gestora, para fins de cumprimento da Política de Investimento do Fundo e/ou proteção da carteira, bem como, de alterações nos critérios de cálculo do prazo médio da carteira dos fundos de investimento pelas autoridades competentes.

(e) Risco Regulatório. Alterações na legislação e/ou regulamentação aplicáveis ao Fundo, seus ativos financeiros e aos fundos investidores, incluindo, mas não se limitando à aquelas relativas a tributos,

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

que podem ter impacto nos preços dos ativos financeiros ou nos resultados das posições assumidas pelo Fundo, e, portanto, no valor das cotas e condições de operação do Fundo.

(f) Risco de Concentração. A carteira do Fundo poderá estar exposta a concentração em ativos de determinados/poucos emissores; essa concentração de investimentos nos quais o Fundo aplica seus recursos poderá aumentar a exposição da carteira do Fundo aos riscos mencionados acima, ocasionando volatilidade no valor de suas Cotas. Embora a diversificação seja um dos objetivos do Fundo, não há garantia do grau de diversificação que será obtido.

(g) Risco de Ausência de Preços. Consiste na possibilidade do valor dos ativos negociados em mercados internacionais ser disponibilizado em periodicidade distinta da utilizada em mercados nacionais e, em virtude disso, o apreçamento dos ativos que dependam dessa divulgação pode restar comprometido, seja por imprecisão na precificação devido a falhas sistêmicas, fuso horário dos mercados internacionais etc.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. AS APLICAÇÕES NO FUNDO NÃO CONTAM COM GARANTIA DA ADMINISTRADORA, DA GESTORA, DO CUSTODIANTE, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO E/OU DO FGC.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O OBJETIVO E A POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FUNDO NÃO REPRESENTAM, SOB QUALQUER HIPÓTESE, GARANTIA DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA OU DA GESTORA QUANTO À SEGURANÇA, RENTABILIDADE E LIQUIDEZ DOS TÍTULOS COMPONENTES DA CARTEIRA DO FUNDO.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A ADMINISTRADORA, A GESTORA, O CUSTODIANTE OU QUALQUER DE SUAS EMPRESAS LIGADAS, EM HIPÓTESE ALGUMA, SERÃO RESPONSABILIZADOS POR EVENTUAIS PREJUÍZOS INCORRIDOS PELO FUNDO E/OU COTISTAS.

CAPÍTULO VII – SUPERVISÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1. A supervisão e o gerenciamento de riscos são realizados por áreas independentes da Gestora e/ou da Administradora, no limite de suas respectivas competências.

7.2. Especificamente em relação ao Risco de Liquidez, o gerenciamento é realizado pela Gestora e supervisionado pela Administradora, nos termos da regulamentação aplicável, mediante a apuração do valor total dos ativos passíveis de liquidação financeira em um determinado prazo, ponderado pelas regras de resgate e pela composição da carteira do Fundo, atribuindo-se probabilidades para a negociação desses ativos nas condições de mercado vigentes.

7.3. O gerenciamento de riscos (i) pode utilizar dados históricos e suposições para tentar prever o comportamento da economia e, conseqüentemente, os possíveis cenários que eventualmente afetem o Fundo, não havendo como garantir que esses cenários ocorram na realidade; e (ii) não elimina a possibilidade de perdas para os cotistas.

7.4. A exatidão das simulações e estimativas utilizadas no monitoramento pode depender de fontes externas de informação, as quais serão as únicas responsáveis pelos dados fornecidos, não

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

respondendo a Administradora tampouco a Gestora, caso os dados fornecidos por tais fontes estiverem incorretos, incompletos ou caso sua divulgação seja suspensão, prejudicando o referido monitoramento.

CAPÍTULO VIII – ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

8.1. Compete privativamente à assembleia geral de cotistas ("Assembleia Geral") deliberar sobre:

- I – as Demonstrações Contábeis do Fundo, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, após o término do exercício social;
- II – a substituição da Administradora, da Gestora ou do Custodiante do Fundo;
- III – a fusão, a incorporação, a cisão ou a transformação do Fundo;
- IV – a instituição ou o aumento da Taxa de Administração, da taxa de *performance* ou da taxa máxima de custódia;
- V – a alteração da Política de Investimento do Fundo;
- VI – a amortização de Cotas e o resgate compulsório de Cotas, se for o caso; e
- VII – a alteração deste Regulamento, ressalvado o disposto no art. 47, da Instrução CVM nº 555/14.

8.2. A convocação da Assembleia Geral deve ser realizada com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência, da data de sua realização e poderá ser convocada mediante o envio de correspondência eletrônica (link, push, etc.), a cada cotista, bem como, disponibilizada na página da *Internet* da Administradora (www.xpi.com.br/administracao-fiduciaria) na rede mundial de computadores, ficando a critério da Administradora realizar o envio físico.

Parágrafo Primeiro. Independentemente das formalidades previstas no art. 8.2 acima, será considerada regular a Assembleia Geral na qual comparecerem todos os cotistas.

Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral será instalada com a presença de qualquer número de cotistas, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos cotistas presentes, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Parágrafo Terceiro. Somente podem votar na Assembleia Geral os cotistas do Fundo inscritos no registro de cotistas na data da convocação da Assembleia Geral, seus representantes legais e/ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto. Os cotistas poderão votar eletronicamente, mediante meio eletrônico a ser disponibilizado pela Administradora, sempre que a Administradora permitir tal faculdade. A fim de que os votos sejam computados, a Administradora deverá recebê-los até a véspera da data de realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto. Independentemente do disposto no Parágrafo Quarto, é facultado à Administradora disponibilizar a votação aos cotistas, mediante consulta formal a ser enviada física ou eletronicamente, situação em que comunicará os cotistas sobre tal possibilidade.

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

Parágrafo Sexto. As deliberações relativas às demonstrações contábeis do Fundo cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada serão consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral não seja instalada em decorrência do não comparecimento de quaisquer cotistas.

8.3. Não podem votar nas Assembleias Gerais do Fundo:

I – a Administradora e a Gestora;

II – os sócios, diretores e funcionários da Administradora ou da Gestora;

III – empresas ligadas a Administradora e a Gestora, seus sócios, diretores, funcionários; e

IV – os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários.

CAPÍTULO IX – REMUNERAÇÃO, DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

9.1. Taxa de Administração. Pela prestação dos serviços de administração do Fundo, que incluem a gestão da carteira, as atividades de tesouraria e de controle e processamento dos ativos financeiros, a distribuição de cotas e a escrituração da emissão e do resgate de cotas, será cobrada do Fundo a Taxa de Administração de 0,15% a.a. (zero vírgula quinze por cento ao ano) ("Taxa de Administração Mínima") e máxima de 0,20% a.a. (zero vírgula vinte por cento ao ano) ("Taxa de Administração Máxima") sobre o valor do patrimônio líquido do fundo.

9.2. Taxa de Custódia. Adicionalmente à remuneração mencionada no art. 9.1 acima, será paga diretamente pelo Fundo, a taxa máxima de custódia correspondente a até 0,005% a.a. (zero vírgula zero erro cinco por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, respeitado o mínimo mensal de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais).

9.3. A Taxa de Administração e a Taxa de Custódia serão calculadas e provisionadas à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) e serão pagas pelo Fundo, mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente.

9.4. Taxa de Performance, Ingresso ou Saída. O Fundo não possui taxa de *performance*, ingresso ou saída.

9.5. A remuneração expressa em reais constante deste Capítulo será corrigida anualmente, todo mês de janeiro, pelo índice IGP-M acumulado positivamente no ano anterior.

Parágrafo Primeiro. Os pagamentos das remunerações devidas aos prestadores de serviços podem ser efetuados diretamente pelo Fundo a cada qual, nas formas e prazos entre eles ajustados, até o limite de cada uma das taxas, observado o disposto no item 9.6 (Encargos do Fundo) deste Regulamento.

Parágrafo Segundo. As taxas acima não incluem os valores correspondentes às taxas, remuneração dos prestadores de serviços e demais encargos incidentes sobre os Fundos Investidos, os quais também podem cobrar taxa de ingresso, saída e/ou *performance*, conforme seus respectivos regulamentos.

9.6. Encargos do Fundo. Além das Taxas de Administração e de Custódia acima indicadas, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

- I – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II – despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição, publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação vigente;
- III – despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos cotistas;
- IV – honorários e despesas do auditor independente;
- V – emolumentos e comissões pagas por operações do Fundo;
- VI – honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive valor de eventual condenação imputada ao Fundo;
- VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores de serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;
- VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício do direito de voto dos ativos financeiros do Fundo;
- IX – despesas com liquidação, registro e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;
- X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;
- XI – a taxa de custódia;
- XII – as taxas de administração e de performance (quando aplicável);
- XIII – os montantes devidos a fundos investidores, na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou *performance*, observado o disposto no art. 85, §8º, da Instrução CVM nº 555/14; e
- XIV – honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado, se houver.

Parágrafo Primeiro. Não estão incluídas neste rol quaisquer consultas preventivas relacionadas às operações do Fundo. Todas as despesas eventualmente atribuídas ao Fundo com consultores jurídicos deverão ser previamente avaliadas e, conforme o caso, aprovadas pelo Administrador.

Parágrafo Segundo. Quaisquer despesas não previstas como Encargos do Fundo correm por conta da Administradora, devendo ser por ela contratadas, inclusive, a eventual remuneração dos membros do conselho ou comitê de investimentos do Fundo, quando constituídos por iniciativa da Administradora ou da Gestora.

CAPÍTULO X – EXERCÍCIO SOCIAL

10.1. O exercício social do Fundo terá duração de 12 (doze) meses, tendo seu encerramento no último Dia Útil do mês de março de cada ano.

CAPÍTULO XI – DA TRIBUTAÇÃO

11.1. O Fundo buscará manter carteira em cotas de fundos com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, possibilitando a caracterização do Fundo como “Longo Prazo” para fins tributários. No entanto, não há garantia de que o Fundo terá o tratamento tributário para fundos de Longo Prazo, nos termos da legislação aplicável.

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

11.2. Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo não estão sujeitos à tributação pelo Imposto de Renda.

11.3. O Imposto de Renda aplicável aos cotistas do Fundo que sejam residentes no Brasil ou não residentes sujeitos ao regime geral incidirá, às alíquotas descritas na legislação vigente na hipótese da ocorrência dos eventos previstos na legislação vigente à época.

11.4. Os cotistas não residentes sujeitos ao regime especial, devidamente caracterizados como tal, nos termos da legislação em vigor, sujeitar-se-ão às regras de tributação específicas, fazendo jus às isenções, imunidades ou tributações por alíquota zero, nos termos da legislação em vigor, devendo, para tanto, comprovar, perante a Administradora, a sua situação tributária.

11.5. O disposto nos artigos anteriores não se aplica a outros cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO XII – DA EMISSÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS

12.1. As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, são escriturais e nominativas, conferem iguais direitos e obrigações aos cotistas.

12.2. O valor da cota será calculado a partir do patrimônio líquido do dia anterior, devidamente atualizado por um dia ("Cota de Abertura"). Eventuais ajustes decorrentes das aplicações e resgates ocorridos durante o dia serão lançados contra o patrimônio líquido do Fundo, podendo acarretar perdas decorrentes da volatilidade dos preços dos ativos que integram a sua carteira. As cotas do Fundo terão seu valor calculado diariamente, com base em critérios estabelecidos pela regulamentação em vigor.

Parágrafo Primeiro. Não será admitida a utilização de ativos financeiros na integralização e no resgate de cotas.

Parágrafo Segundo. A Cota do Fundo não pode ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia ou sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens ou transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

12.3. Todo cotista, antes do seu ingresso no Fundo, deve atestar, mediante termo próprio, que (i) recebeu cópia deste Regulamento e da lâmina (se aplicável); (ii) tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento do Fundo.

12.4. A Administradora poderá recusar proposta de investimento inicial feita por qualquer investidor em função das disposições legais e regulamentares relativas à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, de suas normas e políticas internas e/ou do não enquadramento do investidor no público-alvo do Fundo, sem necessidade de justificar sua recusa.

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

12.5. A Administradora poderá suspender, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, novas aplicações de recursos no Fundo, desde que tal suspensão seja aplicada indistintamente a novos investidores e cotistas atuais.

Parágrafo Único. A suspensão do recebimento de novas aplicações em um determinado dia não impede a reabertura posterior do Fundo para novas aplicações.

12.6. Os resgates das cotas do Fundo não estão sujeitos a qualquer prazo de carência, podendo ser solicitado a qualquer momento, desde que respeitadas as regras de movimentação, nos termos do Anexo II deste Regulamento.

12.7. Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos financeiros componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, serão observados os procedimentos previstos neste Regulamento.

12.8. Da Transferência de Recursos. Aplicação de recursos no Fundo e o pagamento do resgate de suas cotas poderão ser realizados por meio das modalidades de transferência de recursos admitidas em lei e adotadas pela Administradora, sempre em moeda corrente nacional, respeitando-se as regras de movimentação do Anexo II.

12.9. É admitida a aplicação feita conjunta e solidariamente por 2 (duas) pessoas. Para todos os efeitos, perante a Administradora, cada cotitular é considerado como se fosse o único proprietário das cotas objeto de propriedade conjunta, ficando a Administradora isenta de qualquer responsabilidade por eventual pagamento feito a um dos cotitulares, isoladamente, ou a ambos, em conjunto. Cada cotitular, isoladamente, e sem anuência do outro pode investir, solicitar e/ou receber resgate, parcial ou total, assinar termos, dar recibos e praticar, enfim, todo e qualquer ato inerente à propriedade das cotas, ainda que estejam em propriedade conjunta.

12.10. Regras de Movimentação. As regras detalhadas de movimentação do Fundo constam do Anexo II deste Regulamento.

CAPÍTULO XIII – DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO FUNDO

13.1. Após 90 (noventa) dias do início das atividades, se o Fundo mantiver, a qualquer tempo, patrimônio líquido médio diário inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) pelo período de 90 (noventa) dias consecutivos, será imediatamente liquidado ou incorporado a outro fundo.

13.2. Na hipótese de liquidação do Fundo por deliberação da Assembleia Geral, a Administradora promoverá a divisão de seu patrimônio entre os cotistas, na proporção de suas cotas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da assembleia, devendo ser deliberada a forma de pagamento dos valores devidos aos cotistas.

CAPÍTULO XIV – POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

14.1. O Fundo incorporará ao seu patrimônio líquido todos os rendimentos, amortizações e/ou resgates dos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

CAPÍTULO XV – POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

15.1. A Gestora adota política de exercício de direito de voto em assembleias ("Política de Voto"), que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto, a qual encontra-se disponível no *site* da Gestora <https://www.xpasset.com.br>.

Parágrafo Único. A Política de voto orienta as decisões da Gestora em assembleias de detentores de títulos e/ou valores mobiliários que confirmam aos seus titulares o direito de voto, na hipótese de comparecimento e de efetivo exercício de direito de voto.

CAPÍTULO XVI – POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE RESULTADOS

16.1. Será divulgado, ampla, obrigatória e imediatamente a todos os cotistas, mediante correspondência eletrônica (link, push, etc.), e à CVM, mediante o Sistema de Envio de Documentos, qualquer ato ou fato relevante, ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

16.2. Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se válida toda comunicação realizada por meio eletrônico entre a Administradora, a Distribuidora, a Gestora e/ou os cotistas, inclusive para fins de envio de convocação de assembleia geral, recebimento de votos em Assembleia Geral, divulgação de fato relevante e de informações do Fundo. Admite-se, nas hipóteses em que este Regulamento exija a "ciência", "atesto", "manifestação de voto" ou "concordância" dos cotistas, que estes se deem por meio eletrônico.

16.3. Caso sejam divulgadas a terceiros informações referentes à composição da carteira, tal informação deve ser colocada à disposição dos cotistas na mesma periodicidade, ressalvadas as hipóteses de divulgação de informações pela Administradora aos prestadores de serviços do Fundo, necessárias para a execução de suas atividades, bem aos órgãos reguladores, auto reguladores e entidades de classe, quanto aos seus associados, no atendimento a solicitações legais, regulamentares e estatutárias por eles formuladas.

16.4. A Administradora do Fundo, em atendimento à política de divulgação de informações referentes ao Fundo, está obrigada a:

I – remeter (a) mensalmente ao cotista extrato de conta contendo, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação vigente, incluindo: (i) nome e número de inscrição no CNPJ/ME do Fundo; (ii) nome, endereço e número de inscrição no CNPJ da Administradora; (iii) saldo e valor das cotas no início e no final do período informado, bem como a movimentação ocorrida ao longo de referido período; (iv) nome do cotista; (v) rentabilidade do Fundo auferida entre o último Dia Útil do mês anterior e o último Dia Útil do mês de referência do extrato; (vi) a data de emissão do extrato; e (vii) telefone, correio eletrônico e endereço para correspondência do Serviço de Atendimento aos cotistas; e (b) anualmente, até o último Dia Útil de fevereiro de cada ano, nos casos dos fundos destinados a investidores não qualificados, as demonstrações de desempenho do Fundo, ou a indicação do local no qual este documento será disponibilizado aos cotistas;

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

II – divulgar, em lugar de destaque na sua página na rede mundial de computadores, e sem proteção de senha, a demonstração de desempenho do Fundo relativas (i) aos 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro, até o último Dia Útil de fevereiro de cada ano; e (ii) aos 12 (doze) meses findos em 30 de junho, até o último dia de agosto de cada ano; e

III – divulgar, imediatamente, por correspondência a todos os cotistas e de comunicado pelo Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo, ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

Parágrafo Primeiro. A remessa das informações de que trata o inciso I poderá ser dispensada pelos cotistas quando do ingresso no Fundo, por meio de declaração firmada no Termo de Adesão ao Fundo.

Parágrafo Segundo. Caso o cotista não tenha comunicado à Administradora a atualização de seu endereço, seja para envio de correspondência por carta ou meio eletrônico, a Administradora ficará exonerada do dever de prestar-lhe as informações previstas neste regulamento e legislação em vigor, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

CAPÍTULO XVII – DISPOSIÇÕES DIVERSAS

17.1. Informações adicionais relativas ao Fundo estão disponíveis no site da Administradora www.xpi.com.br/administracao-fiduciaria.

17.2. O Fundo utilizará meios eletrônicos de comunicação, ficando a critério da Administradora utilizar meios físicos de comunicação. Na hipótese de envio, pela Administradora, de comunicações físicas, será considerado o endereço de cadastro do cotista.

17.3. Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer demandas relativas ao Fundo e/ou questões concernentes ao presente Regulamento.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2023

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44
ANEXO I – POLÍTICA DE INVESTIMENTO

LIMITES POR ATIVO (EM % DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)			
LEGISLAÇÃO		FUNDO	ATIVOS
GRUPO I - NO MÍNIMO 95%	Até 100%	Permitido	Fundo Investido.
GRUPO II – Até 5%		Permitido	FI e FIC registrados com base na Instrução CVM 555/14 classificados como Renda Fixa Simples, destinados a investidores qualificados ou não qualificados.
		Permitido	Títulos públicos federais.
		Vedado	Ativos financeiros de renda fixa de emissão ou coobrigação de instituição financeira que possuam classificação de riscos, no mínimo, equivalentes à atribuída aos títulos públicos federais.
		Permitido	Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

LIMITES POR EMISSOR (EM % DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)		
LEGISLAÇÃO	FUNDO	EMISSOR
Até 100%	Permitido	Fundo de investimento
Até 5%	Vedado	Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
	Vedado	Companhia aberta
	Vedado	Pessoa física ou jurídica de direito privado que não seja companhia aberta ou instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
Este Fundo poderá estar exposto, direta ou indiretamente, a significativa concentração em determinados ativos financeiros e/ou poucos emissores, com os riscos daí decorrentes.		

LIMITE PARA CRÉDITO PRIVADO (% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO)	
Vedado	Ativos financeiros de responsabilidade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou de emissores públicos diferentes da União Federal, direta ou indiretamente.

TREND PÓS-FIXADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA SIMPLES | CNPJ nº 26.559.284/0001-44

DERIVATIVOS (INVESTIMENTO INDIRETO)	
Somente <i>Hedge</i>	Exposição à operações nos mercados de derivativos e de liquidação futura, com registro ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e de futuros ou com atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação e que tais operações não podem resultar em possibilidade de perda superior a uma vez seu respectivo patrimônio líquido (100% PL), sendo vedada a realização de operações a descoberto.
Limite de Margem Requerida	Até 15% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e ações aceitos pela Clearing.
Limite total dos prêmios e opções pagos	Até 5% da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, ativos financeiros de emissão de instituição financeira e fundo de investimento.

OPERAÇÕES COM A ADMINISTRADORA, GESTORA(S) E LIGADAS (% DO PATRIMÔNIO DO FUNDO)	
Até 100%	Contraparte Administradora, Gestor(as) e ligadas, inclusive veículos de investimento por eles administrados e/ou geridos.
Vedado	Ativos financeiros emitidos pela Administradora, Gestora(s) e ligadas, sendo vedada a aquisição de ações da Administradora.
Até 100%	Cotas de fundos de investimento administrados pela Administradora, Gestora(s) e ligadas.

ANEXO II – REGRAS DE MOVIMENTAÇÃO**Procedimentos de emissão, conversão, integralização, resgate e pagamento de cotas do Fundo**

MOVIMENTAÇÃO	DATA DA SOLICITAÇÃO	DATA DA CONVERSÃO	DATA DO PAGAMENTO
Aplicação	D+0	D+0	-
Resgate	D+0	D+0	Mesma Data da Conversão

1. A aplicação inicial no Fundo, demais aplicações e resgates poderão ser efetuados via CETIP|B3, por documento de ordem de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED) ou qualquer outro instrumento de transferência de recursos no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

2. As solicitações de aplicação e de resgate deverão ocorrer, em Dia Útil, conforme abaixo definido.

3. As aplicações e os resgates solicitados em dias que não sejam considerados Dia Útil, assim como solicitados fora do Horário Limite, somente serão processadas no Dia Útil subsequente à data da referida solicitação.

4. Para fins do presente Regulamento, os dias sem expediente bancário nacional, sem funcionamento da bolsa de valores do Brasil ou em dias que, por qualquer motivo, não haja expediente na B3, **não serão considerados Dia Útil**, não sendo efetivados pedidos de movimentação, conversão de cotas, tampouco contagem de prazo e pagamento para fins de resgate, se aplicável.

5. O Fundo não recebe pedidos de aplicação e resgate, não realiza conversão de cotas para fins de aplicação e resgate, e não realiza pagamento de resgate nos dias considerados feriados nacionais, bem como naqueles em que não haja funcionamento da bolsa de valores do Brasil, sendo certo que estas datas serão consideradas dias não úteis para fins de contagem de prazo de conversão de cotas e pagamento de resgates. Nos feriados estaduais e municipais no Brasil, o Fundo operará normalmente.

6. Emissão das Cotas. Na emissão de cotas do Fundo, o valor da aplicação será convertido pelo valor da Cota de Abertura do Dia Útil do pedido de aplicação, mediante a efetiva disponibilidade dos recursos remetidos pelo investidor na conta corrente do Fundo.

6.1. Resgate das Cotas. Entende-se por data da conversão de cotas o mesmo dia da solicitação do pedido de resgate. Caso não seja Dia Útil, a conversão será considerada no primeiro Dia Útil subsequente.

*

*

*



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 19C0-5F4E-2599-2649

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **SIDNEI LUIZ RIQUETTA** (CPF 043.XXX.XXX-52) em 26/08/2024 11:34:05 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **GUSTAVO MANOEL ESPINDOLA** (CPF 063.XXX.XXX-82) em 26/08/2024 11:44:21 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MARIA CAROLINA MICHELS FRANCO** (CPF 095.XXX.XXX-02) em 26/08/2024 12:59:51 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **NILTO ASSIS COPPI JUNIOR** (CPF 833.XXX.XXX-34) em 26/08/2024 13:23:49 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **KALINKA FLORIANO PÊTERES** (CPF 939.XXX.XXX-68) em 26/08/2024 13:44:45 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **KARINE ALMEIDA GOMES** (CPF 004.XXX.XXX-37) em 26/08/2024 17:01:54 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **WANRLEY CORRÊA COSTA** (CPF 010.XXX.XXX-57) em 26/08/2024 17:04:35 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **FERNANDA ALMEIDA DAWUD** (CPF 067.XXX.XXX-03) em 26/08/2024 17:05:31 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



DENISE RONCHI FRANCEZ (CPF 053.XXX.XXX-99) em 26/08/2024 17:06:01 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



GUILHERME MACIEL MAFRA (CPF 048.XXX.XXX-63) em 26/08/2024 17:06:26 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/19C0-5F4E-2599-2649>